

PILAR DE GOIÁS - CONFRONTO DE INTERESSES E EXPECTATIVAS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO TOMBADO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL DO PONTO DE VISTA DOS ATORES SOCIAIS: PODER PÚBLICO E COMUNIDADE RESIDENTE

Victória de Melo Leão¹
Giovanna Adriana Tavares Gomes²
Washington Fernando de Souza³

¹ Turismóloga, Mestranda em Ambiente e Sociedade – PPGAS/UEG

² Turismóloga, Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

³ Turismólogo, Museólogo, Mestrando em Museologia e Patrimônio da UNIRIO

Resumo: Este ensaio trata Patrimônio Histórico Tombado como produto turístico e a idealização do Turismo Cultural no município de Pilar de Goiás e tem como objetivo refletir sobre a conservação do Patrimônio Histórico e o confronto de interesses entre a comunidade residente do município e o poder público local em relação à preservação do patrimônio e desenvolvimento turístico na região. A pergunta que direciona os estudos da pesquisa é: Como os interesses e expectativas do Poder Público e da Comunidade Local em relação à preservação, conservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural influenciam na manutenção da identidade histórica e desenvolvimento econômico e turístico no Município de Pilar de Goiás? Para o levantamento das características do objeto de estudo, a utilização do método Anjos foi importante para compreender que os elementos característicos são dinâmicos e co-dependentes. A metodologia Anjos consiste em dividir um macrossistema em microssistemas, classificando-os como Fluxos e Fixos, buscando compreender especificidades, dinâmicas e sobreposições (de escalas espaciais e temporais) entre os dois subsistemas. O levantamento e assimilação deste macrossistema foram essenciais para estruturar a entrevista aplicada aos atores do objeto estudado. Em relação à análise e confronto das respostas da entrevista, foi usado o método DSC, onde a proposta consiste em simplesmente analisar o material vocalizado coletado, extraído dos depoimentos as Ideias Centrais e correspondentes Expressões Chaves propõem-se discursos sínteses que são chamados de Discurso do Sujeito Coletivo, caracterizando o discurso como uma expressão singular dos entrevistados. Interpretar a intenção e expectativas do município em desenvolver uma atividade turística regional auxilia na identificação dos pontos fortes e de melhoria do local para que se possa projetar com segurança o turismo de forma sustentável.

Palavras Chave: Confronto de Interesses. Turismo Cultural. Patrimônio Histórico.

1. Introdução

A pesquisa trata do Patrimônio Histórico Tombado e a Idealização do Turismo Cultural no município de Pilar de Goiás. O objetivo geral da pesquisa é confrontar as expectativas do Poder Público e da Comunidade Residente em relação a preservação, conservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Pilar de Goiás.

A pergunta que direciona os estudos da pesquisa é: Como os interesses e expectativas do Poder Público e da Comunidade Local em relação a preservação, conservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural influenciam na manutenção da identidade histórica e desenvolvimento econômico e turístico no Município de Pilar de Goiás?

Para o levantamento das características do objeto de estudo, a utilização do método Anjos foi importante para compreender que os elementos característicos são dinâmicos e codependentes. A metodologia Anjos consiste em dividir um macrossistemas classificados como Fluxos e Fixos, buscando compreender "especificidades, dinâmicas e sobreposições (de

escala espaciais e temporais) entre os dois subsistemas" (ANJOS, 2004, p 163). O levantamento e assimilação deste macrossistema foram essenciais para estruturar a entrevista aplicada aos atores do objeto estudado.

Em relação a análise e confronto das respostas da entrevista, foi usado o método DSC, onde a proposta consiste em simplesmente analisar o material vocalizado coletado, extraído dos depoimentos as Ideias Centrais e correspondentes Expressões Chaves propõe-se discursos sínteses que são chamados de Discurso do Sujeito Coletivo, caracterizando o discursos como uma expressão singular do entrevistados (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003).

2. Revisão Bibliográfica

A definição de cultura é regida por variáveis que conglomeram território, tradições, gerações entre outros. No sentido antropológico, para Santos (2006) é uma rede que engloba crenças, costumes, valores, línguas, moral, leis, valores e aspectos que dão sentido ao mundo e o organiza socialmente.

A necessidade de organização social, fez com que distintas sociedades estabelecessem regras e costumes que solidificasse a própria identidade perante as outras comunidades. E a construção de pensamentos proporcionou momentos que marcaram historicamente estas comunidades, seja pela arquitetura ou mesmo pelos hábitos rotineiros. Estes elementos marcantes da memória social de uma nação ou povo são compreendidos como Patrimônio Cultural e entre eles, segundo Pelegrini (2006, p. 118), as “maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, vem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição”

Segundo Gonçalves (1988, p. 266) “os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc”. Contudo, o patrimônio histórico cultural necessita de cuidados para se manter, ou seja, de preservação.

O conceito de preservação do Patrimônio Cultural veio da preocupação de registrar e conservar a identidade e memória da humanidade, dentre muitas particularidades de sociedade distintas por espaço e tempo. Fonseca (1997, p. 57) observa que:

[...] o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática de preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – oculto a nação para que a preservação dos monumentos se tomasse um tema de interesse público.

O patrimônio protegido deveria, para Choay (2001, p. 19), “servir à memória das gerações futuras [...], afirmar grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética”. A ideia de monumento é muito próxima a de documento, pois necessita de validação, e os bens culturais, dessa forma, eram utilizados como fonte de instrução para a sociedade.

Segundo Zanirato (2010), foi a partir da Primeira Guerra Mundial, que a consciência de preservar o patrimônio histórico da humanidade tomou forma. A preocupação era, naquele momento, elaborar e aprovar um tratado internacional que vinculasse os Estados participantes a salvaguardar os bens e monumentos considerados expressões da criação humana e que corriam riscos de se extinguirem devido aos conflitos armados e destrutivos. O que se entendia, naquele momento, que era necessário ajuda internacional e colaboração profissional para preservar e restaurar os bens que definiam a identidade, memória e história da humanidade, ou seja, sem uma intervenção de larga escala, monumentos, obras e elementos culturais ruiriam, apagando de forma irreversível características de formação social humana.

Com a criação da ONU – Organização das Nações Unidas – em 1945 e da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – um ano depois, a valorização do patrimônio cultural e natural chegou a uma escala internacional. A conservação dos bens pela comunidade internacional passou a ser defendida, segundo Gonzales-Varas (2003) apud Zanirato, (2010) como um modo de beneficiar a compreensão e a aproximação dos povos da Terra.

Em 1972, na Convenção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, o conceito patrimônio da humanidade foi empregado. Proclamada pela UNESCO, trata-se de um acordo internacional que dispõe sobre a proteção de bens considerados colossais para o conjunto da humanidade, um legado a ser conservado e repassado. Os países signatários da convenção devem indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Cada candidatura é avaliada por comissões técnicas e ser aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que se reúne anualmente, hoje com representantes de 21 países. O Brasil assinou Convenção em 1977.

No Brasil, Fonseca (1997) afirma que, a ideia de patrimônio estava associada à ideia europeia, notadamente francesa. Assim, a realidade colonial mostrava-se desanimada, com poucos bens ou com significado raso, segundo esta visão. Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, iniciaram ações preservacionistas, porém, o alvo eram os bens referentes à colonização e tradição portuguesa.

Neste contexto histórico, pode-se destacar a criação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – em 1838 e do Arquivo Público. “O IHGB tinha por finalidade fazer a história do Brasil, recompondo o passado da nação, a partir de uma visão oligárquica e palaciana, que o habilitasse a fazer parte das chamadas nações civilizadas. Sua ação orientada pela ideia evolucionista de progresso esteve baseada na urgência de congelar e armazenar o passado, sob a forma de patrimônio histórico” (KERSTEN, 2000, p. 62).

A discussão sobre o que é ou não é genuinamente brasileiro iniciou-se, inaugurada pelos modernistas, na década de 20 do século XX. Essa discussão foi além das obras arquitetônicas e das obras de arte eruditas, sem desconsiderá-las, incluindo “todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também [...] a sua música, seus usos, costumes, assim como o seu ‘saber’, o seu ‘saber fazer’” (LE MOS, 2000, p. 41).

O evento definido como o marco do movimento modernista foi a Semana de Arte Moderna em 1922, em São Paulo, protagonizado por intelectuais e artistas da elite paulista, entre eles estavam: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Victor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfati, Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa-Lobos, Táci to de Almeida e Di Cavalcanti. Tarsila do Amaral, considerada como um dos grandes Pilares do modernismo, se encontrava em Paris, por isso não participou do evento.

Segundo Fonseca (1997), dentro de sua complexidade, o movimento modernista procurava, por um lado, experimentações estéticas, de acordo com os movimentos artísticos e culturais que aconteciam no exterior e, por outro lado, buscava uma possível identidade nacional, estabelecendo padrões identificados como cultura brasileira.

A partir da revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, o Estado tentou, com intenções no campo da cultura, constituir um patrimônio nacional. Em 1933, Vargas decretou o município de Ouro Preto como Monumento Nacional. O objetivo era construir em memória histórica relacionada a heróis e lugares, selecionados como representativos para a História do Brasil. Na Constituição de 1934, a proteção dos bens culturais e naturais foi definida como dever do Estado. Aprovou-se também a criação de um serviço de proteção aos monumentos e obras de arte, anexo ao Museu Histórico Nacional, restringindo-se, inicialmente, às cidades mineiras.

Em 1936, conforme Lemos (2000, p. 39), Mario de Andrade escreveu um projeto que, tornando-se lei em novembro de 1937, definia o que se entende por Patrimônio Artístico

Nacional. O Projeto possuía também um inventário e classificação de bens que deveriam constar nos livros-tombo. As inscrições nos livros-tombo deveriam obedecer a oito categorias: “arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras.” (LEMOS, 2000, p. 39).

Conforme indicado no site institucional do IPHAN, em 13 de janeiro de 1937, sob Lei nº 378, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN -, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. O IPHAN realiza trabalhos de identificação, proteção, documentação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro e é ligado diretamente ao Ministério da Cultura. Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Com essa mudança no modo de pensar a história nacional, o IPHAN preparou técnicos e foram realizados tombamentos, revitalizações e restaurações visando a estabilidade da maioria do acervo arquitetônico e urbanístico, acervo documental e etnográfico, obras de arte e bens móveis. Seguiram com a proteção de paisagens e áreas naturais e a salvaguarda de bens culturais imaterial, como exemplo manifestações folclóricas.

O Decreto-Lei nº 25 foi aprimorado conforme o estudo do patrimônio foi aprofundado. O artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por exemplo, define patrimônio cultural a partir de elementos que expressam a identidade nacional, desde os materiais, expressões e saberes populares até os naturais. Além destes, a Constituição de 1988 reconhece a existência de bens culturais materiais e imateriais e, estabelece métodos de preservação como Registro, Inventário e o Tombamento.

Porém, com o fim da Ditadura Militar, o Governo abreviou sua presença na elaboração de políticas públicas e no financiamento na área cultural. O Estado se afastou das questões decisórias e aumentaram as leis de incentivo, que ofereciam benefício fiscal à pessoa física ou jurídica como atrativo para investimentos em cultura.

A partir do primeiro mandato do Presidente Lula, surge uma nova tentativa de institucionalizar o campo cultural no país. O ministro da cultura Gilberto Gil destacou ininterruptamente o papel ativo do Estado na formulação de políticas voltadas para a cultura. O mesmo sugeriu que “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003).

3. Pilar de Goiás – Berço do Estado por outro ponto de vista

O estado de Goiás inicia sua trajetória a partir do final do século XVII com a descoberta de suas primeiras minas de ouro por bandeirantes vindos de São Paulo em 1727 que, estabeleceram colônias em algumas regiões. As Bandeiras tinham como missão explorar o interior do país em busca de riquezas e captura de índios e escravos foragidos. O contato com indígenas e negros foi determinante para a construção da cultura goiana. Cidades como Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Pilar de Goiás e Goiás, antiga Vila Boa, são referências da identidade goiana, com construções no estilo barroco que remetem aos períodos de Brasil Colônia e Império. Situado na região do Vale do São Patrício, Pilar de Goiás teve como seus primeiros habitantes os índios Curuxás ou Kirixás e Canoeiros e escravos fugitivos da tortura e exploração escravagista, formando quilombos. A origem da povoação, em 1736, foi o Quilombo de Papuã ou simplesmente Papuá, nome de um capim amarelado abundante na região.

Para a recuperação dos escravos foragidos, incumbiram desta missão o bandeirante João Godoy Pinto da Silveira. Em sua busca, em meio ao cerrado, encontrou as minas de ouro de Papuã, já garimpado pelos quilombolas uma quantidade razoável de ouro e, de onde os mesmos ofereceram deste ouro em troca de liberdade. O arraial foi fundado em 1741, quando João Godoy Pinto da Silveira encontrou as minas, edificando no local a igreja de Nossa Senhora do Pilar, da qual era devoto, denominação dada ao arraial nascente.

Os primeiros 10 anos de extração do ouro foram fartos, atraindo muitos exploradores, famílias ricas e a atenção da igreja Católica, proporcionando ao arraial prestígio e destaque. Porém, segundo IPHAN, “com o declínio das minas de ouro, ao longo do século XIX, os habitantes de Pilar passaram a depender de agricultura e, por estar fora da rota do comércio da região, a cidade ficou isolada durante um século, o que contribuiu para a preservação do seu patrimônio.” O município de Pilar de Goiás possui, tombados, na esfera federal em 20 de março de 1954, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico sob processo 0458-T-52 com inscrição nº 414 no Livro Belas Artes e inscrição nº 302 no Livro Histórico e; o prédio Casa da Princesa sob processo 0427-T-50 com inscrição nº 413 no Livro Belas Artes; ambos disponíveis no Arquivo Noronha Santos. Os bens possuem as seguintes descrições no livro-tombo:

QUADRO 1 - Casa da Princesa

Bem/Inscrição	Casa à Rua da Cadeia
Nome atribuído	Casa da Princesa
Outras denominações	Casa com rótulas; Casa Setecentista
Nº Processo	0427-T-50
Livro Belas Artes	nº inscrição 413, Vol. 1; F079; Data 20/03/1954
Observações	Casa com rótulas e forro pintado
Uso atual	Museu da Casa Setecentista
Descrição	Também conhecida como Casa Setecentista ou Casa de Rótulas; é um edifício de arquitetura civil, uma morada senhorial, situada no Centro Histórico da cidade de Pilar de Goiás. Construção da metade do século XVIII, no apogeu da mineração do ouro em Pilar, presumivelmente entre 1741 e 1760. Tem paredes em taipa de pilão e adobes, telhado de telha de barro canal e fundação em pedras argamassadas com barro. Mantém, através dos anos, suas principais características como as rótulas bem talhadas nas janelas de sua fachada principal. Possui em seu interior dois forros policromados em forma de maceira.

Fonte: Arquivo Noronha Santos –Ans (2017)

QUADRO 2 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico

Bem/Inscrição	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Nome atribuído	Pilar de Goiás, GO; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Processo	0458-T-52
Livro Belas Artes	nº inscrição 414, Vol. 1; F079; Data 20/03/1954
Livro Histórico	nº inscrição 302, Vol. 1; F051; Data 20/03/1954
Descrição	Pequena cidade entre duas serras paralelas numa área de orografia mais ou menos acidentada. A região aurífera se desenvolve a partir de 1741 e tem seu apogeu na década seguinte. Recebeu o arraial, inicialmente, o nome de Papuan pela abundância de cupim no local, nome este logo substituído pela invocação da titular da paróquia: N. Sra do Pilar. Chegou a ter três templos religiosos, hoje reduzidos a dois. Conta ainda com a malha urbana original com mais de 22 moradas de época dentre aproximadamente 300 edifícios de arquitetura civil.

Fonte: Arquivo Noronha Santos (2017)

4. Planejamento do Espaço Turístico em uma visão sistêmica

Acredita-se que os primórdios do turismo surgiram na Idade Antiga, como exemplo as grandes civilizações clássicas como Grécia e Roma que viajavam com frequência, segundo Barreto, em busca de lazer, prazer, e comercio, com destinos como Balneários de águas termais, mar, campo, templos e festividades (BARRETO, 2001).

A prática de viajar para “conhecer a história e a cultura” tomou forma a partir do Grand Tour, na Inglaterra, durante a Idade Moderna. Filhos de nobres, burgueses e comerciantes viajavam em busca de contemplar os conhecimentos culturais. As viagens relacionadas a interação com elementos culturais, materiais ou imateriais, são segmentadas como Turismo Cultural. Compreende-se como atrativos do Turismo Cultural, segundo o Ministério do Turismo:

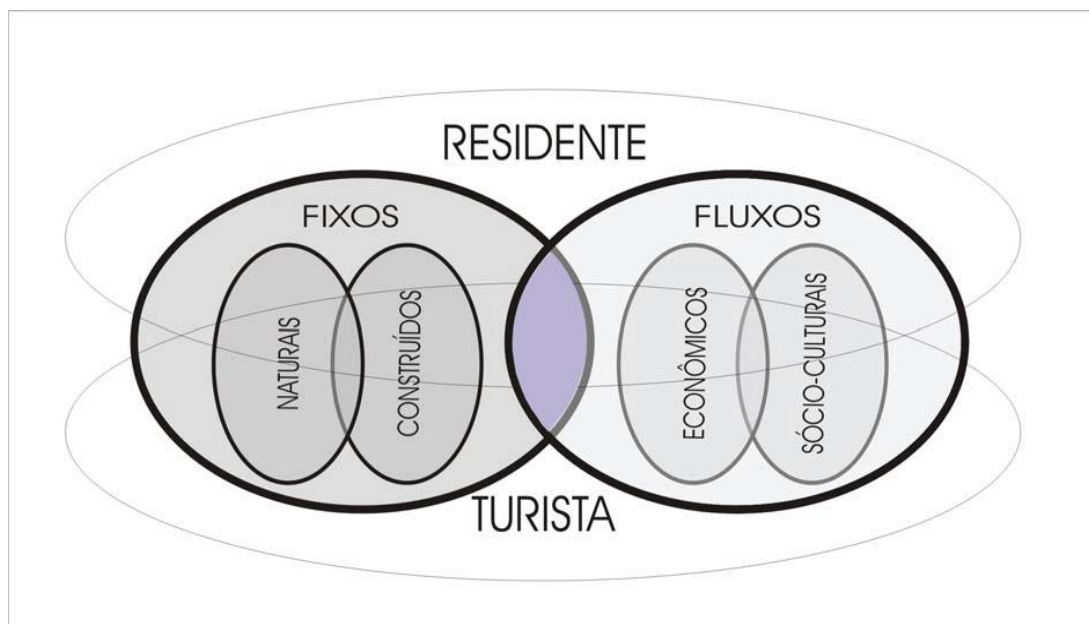
- sítios históricos - centros históricos, quilombos
- edificações especiais - arquitetura, ruínas
- obras de arte
- espaços e instituições culturais - museus, casa de cultura
- festas, festivais e celebrações locais
- gastronomia típica
- artesanato e produtos típicos
- música, dança, teatro, cinema
- feiras e mercados tradicionais
- saberes e fazeres - causos, trabalhos manuais
- realizações artísticas - exposições, ateliês
- eventos programados - feiras e outras manifestações artísticas, culturais, gastronômicas
- outros que se enquadrem na temática cultural (BRASIL, s/d).

Uma das grandes características do turismo é a troca cultural que a comunidade receptiva e o turista exercem entre si. Esta correlação geram impactos e, para que os impactos negativos se sobressaíam, é necessário a análise e planejamento do produto e destino turísticos. Visando a análise e interpretação de um destino a partir de seus fragmentos e relações, que fazem parte de um sistema complexo maior, segundo Gomes (2010, p. 77), deve-se ter profundo conhecimento de suas particularidades, resultando na compreensão total do sistema. Para Anjos (2004, p. 145),

[...] a sustentabilidade sistêmica está relacionada necessariamente com todos os elementos que constituem o sistema, como os naturais e os humanos, os sociais e os econômicos, os políticos-ideológicos e os filosóficos, os tangíveis e os intangíveis, os fixos e os fluxos, a forma e a função.

Anjos (2004) afirma ainda que para a compreensão do sistema territorial turístico deve-se levar em consideração elementos territoriais específicos divididos em dois subsistemas sociais: residentes e turistas. Cada um possui interesses em comum e divergentes entre si. Então devem ser analisados de forma singular e se inter-relacionando, buscando compreender "especificidades, dinâmicas e sobreposições (de escala espaciais e temporais) entre os dois subsistemas" (ANJOS, 2004, p. 163).

Figura 1 - Formação do sistema territorial turístico com base na relação entre subsistemas fixos e fluxos



Fonte: Anjos (2004)

Denominado como subsistemas de fixos, são compreendidos os elementos naturais (flora, fauna, água, clima, acidentes geográficos, solo, etc.) e os elementos construídos pelo homem (edifícios e estrutura urbanística). Destacam-se os edifícios tombados como a Casa da Princesa, Gruta dos Escravos, Cachoeira do Ogó, todo o Centro Histórico e Arquitetônico, entre outros.

Os subsistemas de fluxos reúne as dinâmicas socioculturais (renda, trabalho, escolaridade, manifestações folclóricas etc.) e econômicas (produção, distribuição, acumulação do capital). A Festa do Divino e de Nossa Senhora do Pilar são manifestações que abrilhantam o município com sua riqueza e devoção. Afim de elaborar uma leitura das potencialidades do município de Pilar de Goiás, a utilização deste método demonstra mais coerente com a pesquisa por expor de melhor maneira a dinâmica entre os subsistemas revelando sua real demanda turística.

5. A aplicação do discurso do sujeito coletivo na pesquisa

As pesquisas qualitativas geralmente levam em conta a opinião coletiva, como prova empírica, para alcançar resultados. Já a quantitativa, baseada em pesquisas de opinião, tem seus resultados obtidos simplesmente por questionários com alternativas de respostas prefixadas ou com questionários com perguntas abertas, via categorização de respostas.

Considerando a necessidade de aprofundar os estudos baseados na fala coletiva, viu-se que a escolha de um método quantitativo ou qualitativo apenas, não seria suficiente. Então, propõe-se como alternativa eloquente o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefèvre & Lefèvre, 2003), associada ao software Qualiquantsoft (www.spi-net.com.br) com base sobretudo, nos propostos da Teoria das Representações Sociais (Jodelet, 1989), elenca e articula uma série de operações sobre a matéria-prima de depoimentos coletados em pesquisas empíricas de opinião por meio de questões abertas, operações que difundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes depoimentos individuais - cada um desses depoimentos coletivos veiculando uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, sendo tais depoimentos redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir, no receptor, o efeito de uma opinião coletiva, expressando-se, diretamente, como fato empírico, pela "boca" de um único sujeito de discurso. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, p. 517)

Tendo como fundamento a Teoria das Representações de Jodelet (1989) *apud* Lefèvre & Lefèvre, (2006), a proposta consiste em analisar material vocalizado coletado, extraíndo dos depoimentos as Ideias Centrais e Ancoragem e correspondentes Expressões Chaves, operadores o método. Com essas Ideias Centrais e Ancoragens, e Expressões Chaves propõe-se discursos sínteses que são chamados de DSC (Discurso do Sujeito Coletivo). A definição dos operadores:

- Expressão Chave (ECH) - são trechos do discurso, destacados pelo pesquisador, que expõem a profundidade do conteúdo do discurso.
- Ideias Centrais (IC) - expõe de maneira sintética e precisa cada resposta e ECH analisada, permitindo distinguir o posicionamento do depoimento.
- Ancoragem (AC) - são afirmações genéricas usadas pelo entrevistado para ilustrar situações particulares.
- Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) - é o discurso-síntese, escrito em primeira pessoa do singular de ECH que tenham em seu conteúdo o mesmo IC e/ou Ancoragem.

Para aplicação do DSC, foi utilizado o Software Qualiquantsoft, desenvolvido pela SPi (Sales & Pascoal Informática) com a contribuição de Lefèvre & Lefèvre para exclusiva análise do DSC. O Software é patrimoniado pela USP. Possui três licenças de uso: demonstrativo, uso individual e institucional.

Os entrevistados foram divididos em duas categorias: A - Comunidade; B - Poder Público/Funcionário Público. A exposição é iniciada apresentando dos resultados alcançados nas entrevistas com a comunidade pilarense. Foram feitas oito perguntas a três entrevistados. Buscou-se entrevistar pessoas que representassem a comunidade por ter contato com a opinião coletiva.

Na segunda fase da exposição, são apresentados os resultados alcançados nas entrevistas com os representantes do Poder Público. Foram mantidas as oito perguntas para os outros três entrevistados. A escolha dos entrevistados foi definida de forma que se pudesse expor o posicionamento do Poder Público perante o município. A partir do inventário realizado com o método proposto por Anjos foi produzido um questionário com um roteiro de entrevista, aplicado aos entrevistados de ambas as categorias.

São perguntas que aferem os interesses relacionados ao desenvolvimento turístico da cidade e a preservação do patrimônio tombado. Com a compreensão do objeto, através do inventário realizado com o método proposto por Anjos, é aferida as opiniões dos grupos estudados com máxima veracidade. Identificamos a concepção de cada um dos grupos a respeito de seus interesses, participação e consequência da preservação do patrimônio tombado, como usufruem das vantagens e como lidam com as desvantagens que o peso de sua identidade projeta sobre os mesmos.

6. Considerações Finais

Ao confrontar os interesses e expectativas do poder público e da comunidade residente no município de Pilar de Goiás referente a preservação do Patrimônio Histórico Tombado e o desenvolvimento do turismo regional, evidenciou a admiração dos atores da pesquisa pela própria história e conhecimento de sua identidade histórica.

Os entrevistados foram receptivos a pesquisa porém, houve evasões quando questionados sobre as políticas implementadas tornou-se perceptível que o turismo é uma das prioridades do governo municipal, mas existem limitações profundas no desenvolvimento turístico regional que vão desde recursos financeiros e projetistas capacitados a interesses políticos.

Pilar de Goiás sempre teve como principal renda a extração de minério. Com a queda da extração o município ficou por quase um século esquecido. Por não ser um município "rentável", não foi assistido de forma devida até surgir projetos de preservação do patrimônio histórico e tombamento em 1954. Mesmo com o reconhecimento histórico, seu nome foi pouco pronunciado chegando ao ponto de alguns historiadores nacionais não ter conhecimento da trajetória do município. Isto ficou mais claro durante a busca bibliográfica para a pesquisa, me deparando com recursos escassos e/ou inconsistentes. A maioria das informações encontradas foi em sites governamentais como do IPHAN e IBGE e alguns poucos artigos jornalísticos.

As diferenças de interesses políticos entre o governo municipal e estadual, de certo modo, atrasa o desenvolvimento do município. Os recursos obtidos para restauração dos monumentos são de fontes exclusivamente federais. O município possui grande território espacial tombado, o que dificulta o controle da intervenção civil aos monumentos. O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - também possui grande parcela participativa na conservação do patrimônio. Percebi que, em alguns momentos, o IBRAM é mais atuante no município, mas isso se deve a sua administração ser mais descentralizada que a administração do IPHAN.

O município alimenta o sentimento de abandono e sente o descaso para com seus monumentos. Apesar de alguns edifícios não aguentarem até a aprovação de projetos de restauração e ruírem, a Comunidade reconhece os esforços do IPHAN em manter a identidade do município intacta. Contrariando esta posição, o Poder Público acusa o IPHAN de abandono, alegando que o mesmo poderia desburocratizar as solicitações de restauro, já que o município é patrimônio tombado. Mas é evidente que há falhas tanto do IPHAN quanto da prefeitura de Pilar de Goiás em administrar o patrimônio. O município deixa a administração do patrimônio tombado sob total responsabilidade do IPHAN, alegando que a falta de recursos os impede de investir em paralelo ao Instituto na conservação do seu centro histórico.

O município também possui atrativos naturais que sofrem com o descaso do poder público. A Gruta dos Escravos, que possui grande acervo quilombola, está de toda abandonada. O acesso a Gruta e à Cachoeira do Ogó é íngreme, permitindo o acesso em apenas algumas épocas do ano e sem sinalização adequada.

A identidade histórica é reconhecida pela comunidade e pelo poder público municipal e é notório o desejo de conservação e divulgação do município e seus bens tombados. Contudo a prefeitura não está capacitada para produzir projetos para o desenvolvimento do turismo regional. Será necessária a intervenção de profissionais da área ou capacitação dos projetistas da prefeitura. O município tem muito a implementar, até mesmo elementos básicos como sinalização turística e infraestrutura básica para a recepção dos turistas. A busca por apoio a Instituições como SEBRAE e Goiás Turismo para desenvolver projetos sustentáveis devem ser incentivadas, visando sustentabilidade e entendendo que os resultados seria a longo prazo devido ao grande número de investimentos que deverão ser realizados.

Pilar de Goiás não se encontra em rotas de grande comércio e lazer, o que dificulta o acesso. É necessário despertar dentro da identidade local um atrativo singular que irá atrair interessados neste elemento e fazê-lo descobrir os outros “encantos” da cidade.

O município também possui atrativos naturais que sofrem com o descaso do poder público. A Gruta dos Escravos, que possui grande acervo quilombola, está de toda abandonada. O acesso a Gruta e à Cachoeira do Ogó é íngreme, permitindo o acesso em apenas algumas épocas do ano e sem sinalização adequada. Apesar de todas as dificuldades e pontos de melhoria, possui grande potencial turístico devido a sua carga histórica. A graça e paz que é sentida ao caminhar em suas estreitas ruas, as vezes interrompida por um caminhão carregado com material produzido pelo minério, desperta um sentimento de acolhimento reproduzido pelos moradores da cidade ao visitante.

A comunidade sente a necessidade de transformar o turismo como uma forma de progresso para essa sociedade pequena e pacata. A disposição em compartilhar a riqueza histórica do município que os residentes possuem facilita o surgimento de propostas para o desenvolvimento turístico local e elaboração de projetos com enfoque no compartilhamento e valorização da história e costumes.

7. Referências

ANJOS, F. A. dos; ANJOS, S. J. G. dos; RADOS, G. J. V. O processo de compreensão do sistema territorial turístico para o planejamento e a gestão integrados. **Turismo, Visão e Ação**, p. 105-118, v. 8 n. 1, Balneário Camboriú: UNIVALI, 2006.

ANJOS, F. A. dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos**: uma proposta sistêmica. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

ANJOS, F. A. VIANA, L. J. T. O sistema territorial turístico: uma análise dos subsistemas de fluxos e fixos no município de Jabotão dos Guararapes. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 84-102, 2008.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 6 ed. Campinas: Papirus, 2001.

BRASIL. **Patrimônio Mundial**. In: IPHAN, 2015. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17155&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 22 set 2014.

BRASIL. **Patrimônio, desenvolvimento e cidadania**. PAC Cidades Históricas. 1ed. Brasília, DF : Iphan, 2009.

BRASIL. **Pilar de Goiás Infográfico**. In: IBGE, 2015. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521690&search=goias|pilar-de-goias|infograficos:-historico>>. Acesso em: 23 jan 2015.

BRASIL. **Pilar de Goiás**. In: IPHAN, 2015. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=854A1346E6EE73CB391024D61AC19436?id=18200&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 22 jan 2015.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2001 Disponível em: <<http://rethalhos.blogspot.com.br/2011/03/leia-on-line-alegoria-do-patrimonio-por.html>> Acesso em: 17 set 2014.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GIL, G. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY>. Acesso em: 12 fev 2015.

GOMES, G. A. T. **Conflito de interesse e participação da comunidade no desenvolvimento do turismo de base local**: um estudo de Pirenópolis e Cidade de Goiás - GO. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Balneário Camboriú: UNIVALI 2010.

GONÇALVES, J. R.. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais**: o problema dos patrimônios culturais. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC –FGV, V.I, n. 2, 1988.

KERSTEN, M. S. de A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Ed da UFPR, 2000.

LEÃO, V. M. **PILAR DE GOIÁS** - Confronto de Interesses e Expectativas na Preservação do Patrimônio Histórico Tombado e Desenvolvimento do Turismo Local do Ponto de Vista dos Atores Sociais: Poder Público e Comunidade Residente. Monografia (Graduação em Planejamento Turístico) Goiânia: IFGO, 2015.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs, 2003. (Desdobramentos).

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Comunic, Saúde, Educ**, v.10, n.20, p.517-24, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v10n20/17.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2014.

LEMOES, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2000.

PELEGRINI, S. C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei**: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. São Paulo: UNESP, 2006.

SANTOS, J.L dos. **O que é cultura**. São Paulo: Ed Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2006.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 17 set 2014.

ZANIRATO, S. H. **Patrimônio da humanidade**: controvérsias e legais na definição de bem comum. ANPPAS, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT15-359-289-20100902115329.pdf>>. Acesso em 17 set. 2014.